



Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) Oficial

REFERÊNCIA: Contrarrazões

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90134/2024

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-
CODEVASF**

Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

OBJETO: " *Execução dos serviços de seleção de áreas prioritárias e elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação hidroambiental na área de atuação da Codevasf, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados, formado por grupo único composto por 2 (dois) itens, sendo: GRUPO 01: Áreas prioritárias para elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação hidroambiental:*

- Item 01: Seleção de áreas prioritárias para recuperação hidroambiental;

- Item 02: Projeto básico de engenharia em áreas prioritárias para recuperação hidroambiental".

A EMPRESA FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME, CNPJ 13.025.129/0001-04, por intermédio do seu Sócio Proprietário, Frederico Vasconcelos Ribeiro, CPF: 994494045-34 no uso de suas atribuições constitucionais e legais vem, tempestivamente apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO interposto por pela empresa TPF ENGENHARIA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 12.285.441/0001-66.

Assunto: CONTRARRAZÕES ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90134/2024.

DAS CONTRARRAZÕES

Tendo em vista o prazo legal para recebimentos de recurso contra decisões do pregoeiro, na fase de Habilitação da Licitante FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO-ME, a apelante alega que a Licitante ganhadora do certame, não cumpriu os requisitos editalícios, quanto aos documentos de habilitação da qualificação técnica, não estando em conformidade com o exigido no edital". com destaque para:

- não apresentou Certidão de Acervo Técnico - CAT, profissional e Operacional "compatíveis" a execução de serviços relativos à Engenharia para Recuperação Hidroambiental ou serviços similares

diante dos fatos acima citados a apelante conclui que a empresa vencedora não demonstrou capacidade técnica-operacional e profissional para garantir a execução do objeto licitado.

DAS CONSIDERAÇÕES DAS RAZÕES DO APELANTE

Nada obstante, a empresa TPF ENGENHARIA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 12.285.441/0001-66, apresentou Recurso Administrativo na tentativa de inabilitar a empresa ganhadora do certame.

Importante ressaltar, que nos procedimentos licitatórios é comum o inconformismo daqueles que sucumbem no curso do processo de escolha da melhor proposta para a Administração Pública, e, conforme se denota das razões recursais, trata-se de mera insatisfação da apelante com o resultado do certame, visto que não apontam qualquer ilegalidade que venha comprometer a credibilidade do resultado, deixando evidente a intenção de induzir esta Comissão de Licitações ao erro.

Em razão disso, a EMPRESA FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME apresenta TEMPESTIVAMENTE a presente Contrarrazões, o qual demonstrará de modo inequívoco a ausência da necessidade de reforma da decisão que declarou a EMPRESA FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME vencedora do certame, não merecendo prosperar o recurso interposto pela outra licitante.

É o que passará a ser demonstrado a seguir.

DAS RAZÕES

No que tange à não apresentou Certidão de Acervo Técnico - CAT, comprovando a execução de serviços "compatíveis" a execução de serviços relativos à Engenharia para Recuperação Hidroambiental ou serviços similares.

DAS CONTRARAZÕES

Observa-se que a empresa apelante não avaliou corretamente os atestados de capacidade técnica operacional e profissional da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME, **ou** talvez tenha feito de má fé, para confundir essa comissão.

Se analisarmos o seu recurso observa-se a ocultação da copia do atestado, fruto da sua indagação, que fala justamente do que ele descreve como não existente.

Ora, a empresa apelante insiste no decorrer de seus recursos que a atividade de projetos de Recuperação/conservação ambientais, estudos hidrológicos **ou** de recursos hídricos presente C2 no termo de referencia não são compatíveis com os atestados apresentados. Observa-se que a redação do item C2 "*são considerados por serviços similares os projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes*", deixa claro que os

serviços apresentados no acervo técnico da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME atende ao edita. Vejamos a seguir a similaridades entre o que se pede no item C2 e os atestados apresentados, (trataremos neste tema apenas 4 atestados para não tornar a peça técnica cansativa):

Atestado de Capacidade Técnica com registro de atividade CAT 85653/2021

- Interpretação de Imagens orbitais das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Geração de Modelo Digital de Elevação das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Geração de Mapa de uso e ocupação de solo das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Geração de Mapa de índice
- NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- NDWI (Normalized difference water index) das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Geração de Modelagem Ambiental e Hidrológica das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Geração de Mapas de Suscetibilidade, das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Delimitação das Bacias Hidrográficas e Fluxo de Escoamento das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,
- Estimativa de produção Hídrica das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²;
- Elaboração de Diagnostico do uso e ocupação do solo das 76 bacias de Contribuição com área total de 4.757,64 Km²,

figura 1. parte ocultada da CAT 85653/2021 na peça recursal do apelante

As atividades demonstradas acima (ocultadas no recurso da apelante), como Modelo digital de elevação, Geração de Mapa de uso e ocupação do solo, NDVI (índice de estado da vegetação e indica a produção primária, produção de clorofila, e umidade local por meio de um indicador numérico obtido por sensoriamento remoto), NDWI (índice de Água de Diferença Normalizada é utilizado para destacar as características da água numa imagem de satélite), Geração de Modelagem Ambiental e hidrológica, Suscetibilidade ambiental, delimitação das bacias Hidrográficas, Fluxo de Escoamento superficial, estimativa de produção Hídrica e elaboração de Diagnostico do uso e ocupação do solo, em áreas de 4.757,64 km² que corresponde a 475.764 ha, itens primordiais de um projeto/estudo Hidroambiental das 76 barragens para solicitação de uso da água através da sua Outorga, que, nada mais é, um projeto hidroambiental para atendimento das leis ambientais, **Lei Federal nº 9.433/97**, que "**Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**" e da Lei Estadual do estado da Bahia nº 11.612/09, que "**Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras**



providências". Atividades essas apresentadas, as tornam totalmente compatíveis com a redação do item C2 do termo de Referência do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90134/2024**, tanto no quesito "*projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes*" ou "*serviços similares*", bem como Recuperação Hidroambiental. Observa-se também o sufixo "Hidro" antes da palavra Ambiental, que possui correlação significativa com Bacias Hidrográficas, Outorga de água, modelagem Hídrica dentre outras apresentadas nos atestados.

Atestado de Capacidade Técnica com registro de atividade CAT 260177/2024

Zoneamento Agrícola NBR 14653-1	295,00	Km²
avaliação propriedades rurais NBR 14653-1	295,00	Km²
Geração de Modelagem Ambiental e Hidrológica CONAMA nº. 237/97 Resolução CONAMA nº. 302/02 Resolução CONAMA nº. 369/06 Resolução CONAMA nº. 303/02	295,00	Km²
Geração de Mapas de Suscetibilidade, risco geológico e geotécnicos	295,00	Km²
Delimitação das Bacias Hidrográficas e Fluxo de Escoamento;	295,00	Km²
Estimativa de produção Hídrica de cada microbacia hidrográfica;	295,00	Km²
Elaboração de Diagnostico do uso e ocupação do solo do Município.	295,00	Km²
levantamento de estradas vicinais, BR e BA	295,00	Km²

figura 2. parte da CAT 260177/2024

Vejamos as atividades demonstradas acima, como Zoneamento Agrícola, avaliação das propriedades rurais, Geração de mapas de Suscetibilidade de risco Geológico e geotécnicos, Determinação das Bacias Hidrográficas e Fluxos de escoamento, Estimativa de produção Hídrica de cada microbacia hidrográfica, elaboração de Diagnostico de uso e ocupação do solo e Geração de Modelagem Ambiental e Hidrológica em atendimento das leis ambientais CONAMA nº. 237/97 Resolução CONAMA nº. 302/02 Resolução CONAMA nº. 369/06 Resolução CONAMA nº. 303/02 em uma área de 295 km² que corresponde 29.500 ha, tornam totalmente compatíveis com a redação do item C2 do termo de Referência do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90134/2024**, tanto no quesito "*projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes*" ou "*serviços similares*".

Atestado de Capacidade Técnica com registro de atividade CAT 251750/2024

18	Área rural (imagem orbitais)	Km²	1316,37
19	Classificação de uso e ocupação do solo	Km²	1316,37

figura 3. parte da CAT 251750/2024

Com atividades semelhantes aos atestados apresentados acima no que tange ao levantamento de áreas rurais e classificação de uso e ocupação do solo em uma área de



1316,37 km² que corresponde a 131.600 ha, possuem relevância nas atividades proposta ao certame como também a outros serviços similares.

Atestado de Capacidade Técnica com registro de atividade CAT 260436/2024

Descrição dos serviços executados:

Descrição	Quantidade	Unidade
LEVANTAMENTO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIO	295,00	km2
LEVANTAMENTO CADASTRAL RURAL	295,00	km2
LEVANTAMENTO CADASTRAL URBANO	295,00	km2
FOTOGRAMETRIA	295,00	km2
DADOS E INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS, CARTOGRÁFICAS ESTATÍSTICAS E CARTOGRÁFICAS TEMÁTICAS	295,00	km2
PROCESSOS E TECNOLOGIA DA CARTOGRAFIA DIGITAL MATEMÁTICA E DA CARTOGRAFIA DIGITAL TEMÁTICA	295,00	km2
CADASTRO PARA SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS	295,00	km2
GEOESTATÍSTICA PARA GEOPROCESSAMENTO	295,00	km2
MAPEAMENTO TEMÁTICO	295,00	km2
RELATÓRIO DE MAPEAMENTO TEMÁTICO	295,00	km2
SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA WEB	295,00	km2
ANÁLISES ECONÔMICAS ESPACIAIS	295,00	km2
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	295,00	km2
AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM	295,00	km2
CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM ECOLÓGICA	295,00	km2
DIAGNÓSTICO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	295,00	km2
ESTUDOS GEOGRÁFICOS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	295,00	km2
BIOGEOGRAFIA DE MAPEAMENTO GEOGRÁFICO TEMÁTICO	295,00	km2
BIOGEOGRAFIA DE PLUVIOMETRIA	295,00	km2
CENÁRIOS GEOGRÁFICOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL	295,00	km2
CENÁRIOS GEOGRÁFICOS PARA O ORDENAMENTO E REORDENAMENTO DA OCUPAÇÃO DO SOLO REGIONAL	295,00	km2
CENÁRIOS GEOGRÁFICOS PARA O ORDENAMENTO E REORDENAMENTO DA OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL	295,00	km2
DINÂMICA POPULACIONAL	295,00	km2
Planejamento DE GESTÃO TERRITORIAL	295,00	km2
Planejamento DOS LIMITES TERRITORIAIS, DIVISÃO DAS UNIDADES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS	295,00	km2
Planejamento DE ORGANIZAÇÃO FÍSICO-ESPACIAL REGIONAL	295,00	km2
PLANO DIRETOR	295,01	km2
PLANEJAMENTO FÍSICO-ESPACIAL REGIONAL	295,00	km2
PLANEJAMENTO RURAL E AGRÁRIO	295,00	km2
PLANEJAMENTO SÓCIO-AMBIENTAL	295,00	km2
PLANEJAMENTO URBANO - GEOGRAFIA HUMANA	295,00	km2
Planejamento DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL	295,00	km2
DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ANTRÓPICO	295,00	km2

figura 4. parte da CAT 260436/2024

O atestado acima representa categoricamente as atividades relacionadas ao item 5 "descrição dos serviços" subitem 5.1, que faz referência ao escopo do serviço objeto do TR, e o anexo 3 "especificações técnicas" (itens 2.1 e 2.2). Observa-se que esse Atestado não avaliado pela apelante.



DA INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL DA CONJUNÇÃO COORDENATIVA ALTERNATIVA "OU"

O termo de referência no item "9.1" da "qualificação técnica" deixa bem claro nos itens "C" e "D", quando usa a conjunção "ou" (conjunção coordenativa alternativa, que liga duas alternativas que se excluem uma à outra) entre as palavras "**Recuperação Hidroambiental**" e "**serviços similares**", indicando possível substituição de uma coisa por outra ou outras (gramática). O uso do "**ou**" no texto do edital trata-se de uma conjunção coordenativa alternativa, onde conclui-se que tanto uma alternativa como a outra podem ser usada sem a necessidade de serem complementares, diferente das conjunções coordenativas aditivas como "**e**" que são consideradas adição, ou seja uma alternativa é uma adição a outra alternativa. Tal explicação se torna necessária para uma melhor avaliação pela apelante, mas não desabilita as atividades presente na CAT, pois as mesmas atendem "*projetos/estudos de obras de porte e complexidade semelhantes*" **ou** "*serviços similares*".

SEMÂNTICA DO OBJETO DO EDITAL - "SELEÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS E ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF".

Partindo de uma análise semântica do objeto deste edital, no sentido das palavras e da interpretação da sentença e do enunciado, observamos total similaridade entre os atestados apresentados com o enunciado. Sem nenhuma pretensão de afronta das outras empresa participante do certame, e sem modéstia, diria que empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO - ME, se preparou durante anos para atender a demanda da CODEVASF. Se aprofundarmos mais no termo de referência, no item 5 e seus subitens, bem como no anexo 3, "especificações técnicas", as atividades descritas são de uma similaridade extraordinária, o que novamente diria, sem modéstia, que nada mais justo que a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO - ME ganhasse esse certame.

Em uma análise minuciosa no termo de referência, item 5 "**descrição dos serviços**" subitem 5.1, que faz referência ao escopo do serviço objeto do TR, e o anexo 3 "**especificações técnicas**" (itens 2.1 e 2.2), observa-se novamente que os atestados apresentado para qualificação técnica tanto operacional como profissional estão em perfeita sintonia com as atividades propostas e desejada pela CODEVASF no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90134/2024**. Vejamos a descrição dos serviços do item 5 do TR e do anexo 3 (itens 2.1 e 2.2),:

OBS: as palavras similares e idênticas aos atestados estão em negrito:

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O escopo dos serviços, objeto deste TR, é a “execução dos serviços de seleção de áreas prioritárias e elaboração de diagnóstico e projeto básico de engenharia para recuperação **hidroambiental** na área de atuação da Codevasf”, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados. 5.2. Os serviços objeto do presente TR é formado por 1 (um) grupo único, GRUPO 01 - Áreas prioritárias para elaboração de **diagnóstico** e projeto básico de engenharia para **recuperação hidroambiental**, este formado por 2 (dois) itens, que consistem em:

5.2.1. ITEM 01: Seleção de áreas prioritárias para recuperação hidroambiental.

5.2.1.1. Consiste na sistematização e **análise de variáveis**, através de **análise técnica**, científica e validação de campo, para a definição de áreas prioritárias para **recuperação hidroambiental** na(s) **bacia(s) hidrográfica(s)** indicada(s) na Ordem de Serviço.

5.2.1.2. Combinação da análise de variáveis do **meio físico e biótico**, assim como das **características sociais e econômicas**.

5.2.1.3. **Caracterização morfométrica, climatológica e ambiental**.

5.2.1.4. Análise do balanço **hídrico** quali-quantitativo dos **recursos hídricos**, de **uso e ocupação do solo**, da **declividade** e do **potencial pedogeológico**.

5.2.1.5. Delineamento das áreas com maior potencial de **recarga hídrica**, das áreas de **preservação permanente (APPs)** associadas às **áreas de recarga** e das **APPs** dissociadas às **áreas de recarga**.

5.2.1.6. Determinação da **vulnerabilidade ambiental** e da vulnerabilidade socioeconômica.

5.2.1.7. Avaliação de ações de revitalização e **conservação hidroambiental** já implementadas.

5.2.1.8. **Metodologia** desenvolvida e **prognóstico hidroambiental** com detalhamento técnico, disponibilização de lista de toda a área contratada para o item em ordem de prioridade e **banco de dados geográficos** de soluções de priorização de áreas selecionadas para **recuperação hidroambiental**.

5.2.2. ITEM 02: **Projeto básico** de engenharia em áreas prioritárias para recuperação hidroambiental.

5.2.2.1. Descrição da(s) área(s) na(s) **bacia(s) hidrográfica(s)** selecionada(s) prioritária(s) e aprovada(s) pela Codevasf para elaboração de **projeto básico** de engenharia para **recuperação hidroambiental**.

5.2.2.2. **Diagnóstico** das áreas prioritárias com caracterização do **meio físico, biótico e socioeconômico** elaborado através de estudos secundários, mobilização da população a ser beneficiada e levantamento preliminar de campo.

5.2.2.3. **Cadastro das propriedades rurais**, apenas em **imóveis rurais** que realizaram a declaração no **Cadastro Ambiental Rural – CAR** e que não suprimiram vegetação nativa de forma irregular após 22 de julho de 2008 em acordo com a Lei 12.651/2012, com avaliação técnica e científica para definição das intervenções/ações mais adequadas para **recuperação hidroambiental** projetadas por **propriedade rural e georreferenciadas**, acompanhada de termo de anuência, assinado pelo proprietário do imóvel rural, para autorização dos **levantamentos** das intervenções/ações e **cadastramentos** realizados em sua **propriedade rural**.

5.2.2.4. Minuta do **projeto básico** de engenharia composto pelo detalhamento das intervenções/ações definidas por **propriedade rural** com a caracterização das soluções **hidroambientais** propostas, **especificações técnicas**,

característica construtivas, mão de obra, equipamentos e memorial de cálculo.

5.2.2.5. **Memória de quantitativos**, orçamento, cronograma físico-financeiro e cotações.

5.2.2.6. **Projeto básico** de engenharia para **recuperação hidroambiental** composto por **memorial descritivo, especificações técnicas**, relatório fotográfico, orçamento, memória de cálculo cotações, composições de custo, cronograma físico-financeiro e **mapas/croquis/desenhos técnicos**, com detalhamento do **dimensionamento** das intervenções/ações por **propriedade rural, descrição dos serviços, metodologia de execução**, descrição de insumos, quantitativos, custos, formação de preços, encargos e impostos, critérios de medição, **disponibilização de banco de dados e informações georreferenciadas** e termo de anuência, assinado pelo proprietário do **imóvel rural**, para autorização da execução dos serviços das intervenções/ações definidas e indicadas nesse **projeto básico de engenharia**.

Anexo 3: Especificações Técnicas

2.1. ITEM 01: Seleção de áreas prioritárias para recuperação hidroambiental

2.1.1. Etapa A (Definição de áreas prioritárias para recuperação hidroambiental)

Essa Etapa A corresponde a 100% do pagamento para o Item 01 e consiste na sistematização e **análise de variáveis**, através de **análise técnica e científica**, para a definição de **áreas prioritárias para recuperação hidroambiental** na(s) **bacia(s) hidrográfica(s)** indicada(s) na Ordem de Serviço. O produto a ser entregue deverá ser composto por **metodologia** determinada para definição de **áreas prioritárias para recuperação hidroambiental** composto da **análise de variáveis do meio físico e biótico**, assim como das **características sociais e econômicas, caracterização morfométrica, climatológica e ambiental**; análise do **balanço hídrico** quali-quantitativo dos **recursos hídricos**, de uso e **ocupação do solo**, da **declividade** e do **potencial pedogeológico**; delineamento das áreas com maior **potencial de recarga hídrica**, das áreas de **preservação permanente (APPs)** associadas às **áreas de recarga** e das **APPs** dissociadas às **áreas de recarga**; determinação da **vulnerabilidade ambiental** e da **vulnerabilidade social**; **índice de segurança hídrica** dos municípios; validação de campo; avaliação de ações de **conservação de água, solo e recurso florestais** em processamento de implementação e já implementadas; **prognóstico hidroambiental** com **detalhamento técnico**, disponibilização de lista completa de toda a área contratada para o item em ordem de prioridade e **banco de dados geográficos** de soluções de priorização de áreas selecionadas para **recuperação hidroambiental**. A empresa poderá utilizar **softwares** para subsidiar suas análises e confecção dos produtos necessários, indicando-o em seus estudos. Os **produtos cartográficos** e demais elementos **georreferenciados** apresentados nesse estudo deverão utilizar **Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000** e disponibilizar, quando necessário for, **relatório técnico** detalhado descrevendo a **metodologia empregada no processamento e avaliação** da exatidão e **acurácia** do produto. Toda a **base de dados levantada** deverá ser **modelada**, estruturada e disponibilizada em ambiente de **Sistema de Informação Geográfica (SIG)** em **software** compatível com o **Qgis**. Os **produtos finais vetoriais** deverão ser arquivos em formatos **“shapefile”** e/ou **“geodatabase”** e os **matriciais** em formato **“geotiff”**.

2.2. ITEM 02: Projeto básico de engenharia em áreas prioritárias para recuperação hidroambiental

2.2.1. Etapa 1 (Diagnóstico em áreas prioritárias)

Essa Etapa 1 corresponde a 20% do pagamento para o Item 02 e consiste no diagnóstico, da(s) área(s) na(s) **bacia(s) hidrográfica(s)** selecionada(s) prioritária(s) e aprovada(s) pela Codevasf, com **caracterização do meio físico, biótico e socioeconômico** elaborado através de **estudos secundários**, mobilização da **população** a ser beneficiada e levantamento preliminar de campo. **Levantamento de dados, cartas hidrográficas, topográficas, de solos, de vegetação, tratamento de informações espaciais (imagens de satélite, bases cartográficas, levantamento fotogramétrico, entre outros), dados estatísticos**, visitas à região, mobilização da população a ser beneficiada e coleta de informações dos órgãos locais, como **Prefeitura Municipal, EMATER, Associações Comunitárias, Comitês de Bacia e Companhias de abastecimento de água** e tratamento de esgoto, que comporão a **caracterização da área**, em questão, que irão subsidiar o planejamento do trabalho de campo para identificação/avaliação/justificativas das intervenções/ações a serem propostas. A empresa poderá utilizar **softwares e levantamento fotogramétrico** para subsidiar suas **análises** e confecção dos produtos necessários, indicando-os em seus **estudos** e disponibilizando **relatório técnico** detalhado descrevendo a **metodologia empregada no processamento, classificação da exatidão e avaliação da acurácia do produto**. Os **produtos cartográficos** e demais elementos **georreferenciados** apresentados nesse estudo deverão utilizar **Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000**. Toda a **base de dados** levantada deverá ser **modelada**, estruturada e disponibilizada em ambiente de **Sistema de Informação Geográfica (SIG)** em **software** compatível com o **Qgis**. Os produtos finais **vetoriais** deverão ser arquivos em formatos **“shapefile”** e/ou **“geodatabase”** e os **matriciais** em formato **“geotiff”**.

Os **Mapas temáticos**, a serem criados a partir de dados secundários, deverão ter **escala** que represente melhor os detalhes e o **Padrão de Exatidão Cartográfico** compatível com a **resolução espacial das imagens de satélite** utilizadas, podendo ser usadas **imagens com até 10m de resolução e escala compatível a 1:25.000** ou maiores. Principais **Mapas Temáticos**:

- **Mapa hidrográfico com todos os cursos d'água perenes e intermitentes.**
- **Mapa de solo com classificação pedológica.**
- **Mapa de vegetação.**
- **Mapa de caracterização do relevo.**
- **Mapa de suscetibilidade a erosão.**
- **Mapa de localização dos sistemas de abastecimento.**
- **Mapa fundiário contendo todos os limites das propriedades rurais.**
- **Mapa de uso e ocupação do solo (remanescentes florestais, campo, pastagens, agricultura, reflorestamento, solo sem cobertura, estado conservação e de degradação do solo, edificações, áreas urbanas, estradas, entre outros). Caracterização social das comunidades, associações, assentamentos, atividades industriais, número de propriedades e famílias.**
- **Malha viária das estradas vicinais.**
- **Mapa de Áreas de Preservação Permanente (APP) em conformidade com a legislação vigente, apresentar mapa com as APP's e seus estados de degradação e preservação, indicar quantitativo de déficit de APP's.**

*A **caracterização das áreas** prioritárias deve conter, no mínimo: descrição do **meio físico** com detalhamento do **clima, hidrografia, disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, caracterização morfométrica, caracterização do relevo, da geologia, hidrogeologia, geomorfologia e pedologia**; apresentação da **erodibilidade, da suscetibilidade e da vulnerabilidade dos solos à erosão hídrica, a avaliação da infiltração de água no solo** e a classificação do **potencial das áreas de recarga**; descrição do **meio biótico**, com detalhamento da **fauna e flora**; evidenciar as **atividades econômicas**; o **uso e ocupação do solo**; as **áreas de preservação**; os **sistemas de abastecimento de água**. Procurar conhecer todos os aspectos que envolvam ou não a **vulnerabilidade ambiental** das áreas selecionadas, seus aspectos **socioeconômicos**, as **aptidões das populações** voltadas para a sua **sustentabilidade econômica e ambiental**. Todas essas **características**, e outras que poderão ser propostas pela Contratada, deverão estar associadas em relação ao **objeto do contrato** e corroborar para identificação/avaliação/justificativas das intervenções/ações a serem propostas no **projeto básico de engenharia**.*

*Antes do início dos trabalhos de campo, a empresa Contratada deverá realizar reuniões de **mobilização junto à população** a ser beneficiada, com a implantação do **projeto**, devendo para tanto prestar informações sobre os objetivos do Projeto a ser elaborado, seus benefícios para o **meio ambiente** e a região como um todo. Toda a mobilização deverá ser comunicada previamente à Codevasf e deverá ser realizado o convite para participação de órgãos locais, como **Prefeitura Municipal, Emater, Associações Comunitárias, Comitês de Bacia, Companhias de abastecimento de água e tratamento de esgoto**, entre outros. Toda **reunião** deverá ser registrada em ATA, a qual comporá os anexos desse Produto, contendo no mínimo as seguintes informações: local, data, horário, nome dos participantes tanto ausentes como presentes, pauta discutida, as decisões tomadas durante a reunião e sugestões apontadas pelos participantes.*

Nada há nestes itens apresentados acima que não esteja contemplados nos atestados apresentados e detalhados acima.

DA SOMA DOS ATESTADOS

Nesse ponto, houve injustificada ausência de somas dos atestados técnicos-operacionais pela apelante, aptos a justificarem a capacidade da empresa em realizar o serviço almejado pela **CODEVASF**.

Isso porque é indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado, sob pena de se restringir o caráter competitivo do certame e, conseqüentemente, impedir a empresa pública de ter acesso à proposta mais vantajosa, objeto imediato de qualquer procedimento licitatório.

Nesse sentido:

Para o fim de comprovação de capacidade técnica deve ser aceito o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único. Auditoria do TCU tratou das obras de microdrenagem, execução da rede coletora de esgoto e urbanização da bacia da Criminosa, bem como construção da estação de tratamento de esgotos, no bairro Nova Marabá, no município de Marabá/PA. Na fiscalização, foi verificada, dentre outras irregularidades, a potencial restrição à competitividade, decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento na Concorrência 5/2011-CPL/PMM, que teve por objeto um conjunto de obras e serviços ligados à engenharia. Para o relator, “a restrição ao caráter competitivo da licitação foi caracterizada pela proibição do somatório de atestados de capacidade técnica”, sendo que, para ele, “a explicação para a proibição do somatório de atestados de capacidade técnica não foi convincente”. Em circunstâncias semelhantes, ainda conforme o relator, o Tribunal tem determinado que “a comprovação de capacidade técnica seja feita mediante o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único”. O Tribunal, então, com suporte no voto do relator, decidiu pela audiência dos responsáveis por esta e pelas outras irregularidades. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.237/2008, 2.150/2008 e 2.882/2008, todos do Plenário. **Acórdão n.º 1231/2012-Plenário, TC 002.393/2012-3, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 23.5.2012.**

É indevida a proibição de somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional, quando a aptidão da licitante puder ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado. Auditoria realizada nas obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do município de Parnamirim/RN, custeadas com recursos repassados pelo Ministério das Cidades, apontou indícios de irregularidades na Concorrência n. 001/2008, que resultou na assinatura do Contrato n. 85/2008-Semop/RN com a empresa declarada vencedora do certame, no valor de R\$ 81.714.726,01. Entre os indícios de irregularidades apontados, destaquem-se as exigências contidas em edital que vedaram o somatório de atestados para fins de habilitação dos licitantes. **Anotou a unidade técnica que o edital de licitação estabeleceu, para efeito de habilitação técnico-operacional, que a capacidade para execução de cada item da obra deveria ser demonstrada “em um único atestado, referente a uma ou mais obras isoladamente, não se aceitando valores resultantes de somatórios e, ainda, que todas as onze exigências, agrupadas nas letras a, b, c e d do item 7.5.1.2, fossem comprovadas em no máximo 03 (três) atestados”.** Considerou insatisfatórias as razões de justificativos dos responsáveis, no sentido de que tal medida visava simplificar o cumprimento de exigências pelas licitantes e aumentar a participação de empresas. Ressaltou, a esse respeito, que “a possibilidade de apresentar um maior número de atestados permitiria que mais empresas alcançassem os quantitativos exigidos”. Ademais, **“a jurisprudência deste Tribunal de Contas admite a soma dos quantitativos constantes de mais de um atestado”.** O relator, por sua vez, anotou que as deliberações do Tribunal têm sido no sentido de que tal vedação é indevida, **“nos casos, como o que ora se analisa, em que a aptidão técnica da empresa licitante possa ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado”.** O Tribunal, então, quanto a esse aspecto, decidiu determinar ao Município de Parnamirim/RN que, em futuras licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, custeadas com recursos federais, abstenha-se de: “(...) 9.2.2. estipular a

necessidade de que a prova da execução anterior de determinados serviços se faça num único atestado, o que potencializa a restrição à competitividade, a não ser que a vedação ao somatório esteja devida e amplamente fundamentada nos autos do procedimento licitatório, em consonância com o disposto nos Acórdãos ns. 1636/2007, 2150/2008, 342/2012, todos do Plenário, dentre outros julgados deste Tribunal;".
Precedentes mencionados: Acórdãos nºs 1.678/2006, 1.636/2007, 597/2008, 1.694/2007, 2.150/2008, 342/2012, todos do Plenário. Acórdão n.º 1865/2012-Plenário, TC-015.018/2010-5, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 18.7.2012.

A vedação ao somatório de atestados (realizada pela apelante), para o fim de comprovação da capacidade técnico-operacional, deve estar restrita aos casos em que o aumento de quantitativos acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre quantidades e prazos de execução, capazes de exigir maior capacidade operativa e gerencial da licitante e ensejar potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejadas na contratação, devendo a restrição ser justificada técnica e detalhadamente no respectivo processo administrativo.

Nessa perspectiva, a Recorrente cumpriu com as exigências do instrumento convocatório e demonstrou de forma incontestável a sua capacidade técnica e operacional para assegurar o cumprimento do objeto licitado, inclusive a exigência do item "C 2", item 5 "descrição dos serviços" subitem 5.1, que faz referência ao escopo do serviço objeto do TR, e o anexo 3 "especificações técnicas" (itens 2.1 e 2.2) no que se refere a serviços compatíveis em características, quantidades e prazos como o objeto da licitação.

DA NECESSIDADE DE ACESSO A MELHOR PROPOSTA PELA EMPRESA PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 31 E 32 DA LEI Nº 13.303/16

Conforme dito alhures, o objetivo principal de qualquer procedimento licitatório sempre deverá ser o acesso a proposta mais vantajosa, e que atenda as especificações técnicas do objeto, evitando-se operações em que se caracteriza sobrepreço ou superfaturamento, sempre primando pela impessoalidade, economicidade e obtenção de competitividade.

Nesse sentido é a inteligência do art. 31 da Lei nº 13.303/16, *in verbis*:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da



FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO ME

CNPJ: 13.025.129/0001-04

End. Av. princesa Isabel n. 395, Itabuna Trade center sala 603

Jardim Vitoria Itabuna – BA CEP. 45607-291 Cel. (71) 99128-8902

e-DOC 7674E613

Proc 59500.003997/2024-47-e

vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

E segue em seu art. 32:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

[...]

I - busca da maior vantagem competitiva para a empresa pública ou sociedade de economia mista, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

Por todo exposto, outro caminho não há para a licitação em comento, sendo imperioso o reconhecimento dos documentos de habilitação da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME e a consequente adjudicação da proposta mais vantajosa apresentada para a CODEVASF, o que desde já fica requerido.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO -ME pugna pelo deferimento do recurso de contrarrazões em epígrafe com a sua consequente adjudicação do objeto, mormente porque apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração,

Termos em que, Pede deferimento.

Itabuna (BA), 09 de janeiro de 2024.

FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO

Eng. Agrônomo, M.Sc.

CREA- 9198/D

Sócio proprietário

FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO - ME

CNPJ: 13.025.129/0001-04